

Categorias de cursos sobre seguros e processo de reconhecimento após a entrada em vigor da Norma Regulamentar n.º 6/2019-R, de 3 de setembro (dia seguinte ao da sua publicação em *Diário da República*).

Ao abrigo do novo regime jurídico da distribuição de seguros e de resseguros, aprovado pela Lei n.º 7/2019, de 16 de janeiro, a Norma Regulamentar n.º 6/2019-R, de 3 de setembro, estabelece:

- a) Os procedimentos para reconhecimento dos cursos sobre seguros, para efeitos de cumprimento do requisito de qualificação adequada;
- b) Os requisitos em matéria de qualificação adequada, incluindo o programa e a duração dos cursos sobre seguros e a possibilidade de formação à distância;
- c) O funcionamento da comissão técnica, referida no n.º 4 do artigo 13.º do regime jurídico da distribuição de seguros e de resseguros;
- d) Os procedimentos e requisitos mínimos para o reconhecimento de entidades formadoras responsáveis pela formação e aperfeiçoamento profissional contínuo; e
- e) Os procedimentos e requisitos aplicáveis em relação à conformação da qualificação adequada obtida e dos cursos sobre seguros reconhecidos ao abrigo do Decreto-Lei n.º 144/2006, de 31 de julho.

Quem está sujeito ao cumprimento de requisitos de qualificação adequada, que inclui a aprovação em curso sobre seguros?

Estão sujeitos ao cumprimento de requisitos de qualificação adequada para poderem exercer atividade de distribuição de seguros:

- Os mediadores de seguros (agentes de seguros ou corretores de seguros), os mediadores de resseguros e os mediadores de seguros a título acessório;
- As pessoas diretamente envolvidas na atividade de distribuição ao serviço de agente de seguros, corretor de seguros, mediador de resseguros ou mediador de seguros a título acessório;
- O membro do órgão de administração responsável pela atividade de distribuição de agente de seguros, corretor de seguros, mediador de resseguros ou mediador de seguros a título acessório; e,
- As pessoas diretamente envolvidas na atividade de distribuição ao serviço de empresa de seguros ou de resseguros e o membro do órgão de administração de empresa de seguros ou de resseguros responsável pela atividade de distribuição.

Categoria de curso sobre seguros	Requisitos	Processo	Decisão
Cursos sobre seguros (formação inicial), incluindo cursos total ou parcialmente ministrados à distância, já reconhecidos ao abrigo do novo regime jurídico da distribuição de seguros e de resseguros, aprovado pela Lei n.º 7/2019, de 16 de janeiro	Desnecessário novo processo de reconhecimento ao abrigo da norma regulamentar.	—	—
Novos cursos sobre seguros (formação inicial), incluindo cursos total ou parcialmente ministrados à distância	Cumprimento dos requisitos previstos nos artigos 2.º e 3.º da norma regulamentar	<p>Pedido à ASF pela entidade formadora de reconhecimento do curso, acompanhado dos elementos previstos no artigo 4.º da norma regulamentar.</p> <p>O preenchimento pelo curso dos requisitos definidos legal e regulamentarmente é avaliado pela comissão técnica prevista no n.º 4 do artigo 13.º do regime jurídico da distribuição de seguros e de resseguros, que emite o respetivo parecer fundamentado em conformidade. Após a emissão desse parecer, compete ao Conselho de Administração da ASF decidir sobre o reconhecimento do curso.</p>	A decisão da ASF é proferida no prazo máximo de 45 dias contados a partir da data da receção do requerimento, ou da receção dos elementos ou informações complementares solicitados no âmbito da sua apreciação pela ASF ou pela comissão técnica.
Ações de formação e aperfeiçoamento profissional contínuo	<p>Em alternativa:</p> <p>a) Corresponde a ação de formação ministrada por entidade formadora que ministra cursos de seguros (formação inicial) reconhecidos pela ASF, nas áreas de formação correspondentes aos mesmos;</p> <p>b) Corresponde a ação de formação que embora ministrada por entidade formadora que não ministra cursos de seguros (formação inicial) reconhecidos pela ASF, preenche os requisitos previstos nas alíneas c) a f), h) e i) do n.º 1 do artigo 2.º, nas áreas de formação correspondentes às mesmas;</p> <p>c) Corresponde a ação de formação adequada à atividade de distribuição desenvolvida pelo formando ministrada por entidades formadoras certificadas nos termos do sistema de Certificação de Entidades Formadoras ou as entidades reconhecidas pelo Ministério da Educação.</p>	<p>Pedido à ASF pela entidade formadora de inscrição na lista de entidades formadoras reconhecidas para efeitos de ações de formação e de aperfeiçoamento profissional contínuo.</p> <p>O pedido de inscrição apresentado à ASF ao abrigo das alíneas b) e c) é acompanhado de comprovativo do preenchimento dos respetivos requisitos.</p>	A decisão da ASF é proferida no prazo máximo de 15 dias úteis contados a partir da receção do pedido de inscrição e do comprovativo do preenchimento dos respetivos requisitos, quando seja o caso.

Categoria de curso sobre seguros	Requisitos	Processo	Decisão
Cursos sobre seguros (formação inicial), reconhecidos ao abrigo do Decreto-Lei n.º 144/2006, de 31 de julho.	São excluídos da lista de cursos reconhecidos pela ASF, salvo se forem alterados para efeitos de conformação dos conteúdos programáticos com o regime jurídico da distribuição de seguros e de resseguros, aprovado pela Lei n.º 7/2019, de 16 de janeiro.	<p>Pedido à ASF pela entidade formadora de alteração do curso, com informação sobre os elementos alterados.</p> <p>O pedido de alteração deve ser efetuado no prazo de 6 meses a partir da data de entrada em vigor da norma regulamentar, mas se o curso estiver a decorrer nesta data, o pedido de alteração deve ser efetuado antes da realização da prova escrita presencial de avaliação final.</p> <p>O preenchimento pelo curso dos requisitos definidos legal e regulamentarmente é avaliado pela comissão técnica prevista no n.º 4 do artigo 13.º do regime jurídico da distribuição de seguros e de resseguros, que emite o respetivo parecer fundamentado em conformidade. Após a emissão desse parecer, compete ao Conselho de Administração da ASF decidir sobre o reconhecimento do curso.</p>	A decisão da ASF é proferida no prazo máximo de 45 dias contados a partir da data da receção do requerimento, ou da receção dos elementos ou informações complementares solicitados no âmbito da sua apreciação pela ASF ou pela comissão técnica.
Cursos para efeitos de conformação com os novos requisitos de qualificação adequada por mediadores de seguros ou de resseguros pessoas singulares, ou por membros dos órgãos de administração responsáveis pela atividade de mediação de seguros ou de resseguros e as pessoas diretamente envolvidas na atividade de mediação de seguros ou de resseguros que exerciam atividade ao abrigo do Decreto-Lei n.º 144/2006, de 31 de julho	Cumprimento dos requisitos previstos no artigo 12.º da norma regulamentar.	<p>Pedido à ASF pela entidade formadora de reconhecimento do curso, acompanhado dos elementos previstos no artigo 4.º da norma regulamentar.</p> <p>O preenchimento pelo curso dos requisitos definidos legal e regulamentarmente é avaliado pela comissão técnica prevista no n.º 4 do artigo 13.º do regime jurídico da distribuição de seguros e de resseguros, que emite o respetivo parecer fundamentado em conformidade. Após a emissão desse parecer, compete ao Conselho de Administração da ASF decidir sobre o reconhecimento do curso.</p>	A decisão da ASF é proferida no prazo máximo de 45 dias contados a partir da data da receção do requerimento, ou da receção dos elementos ou informações complementares solicitados no âmbito da sua apreciação pela ASF ou pela comissão técnica.

Categoria de curso sobre seguros	Requisitos	Processo	Decisão
<p>Cursos para efeitos de conformação com os novos requisitos de qualificação adequada pelos membros do órgão de administração responsáveis pela atividade de distribuição e as pessoas diretamente envolvidas na atividade de distribuição ao serviço de empresas de seguros, que exerciam atividade no ano anterior à data da entrada em vigor da Lei n.º 7/2019, de 16 de janeiro</p>	<p>Cumprimento dos requisitos previstos no artigo 13.º da norma regulamentar.</p>	<p>Pedido à ASF pela entidade formadora de reconhecimento do curso, acompanhado dos elementos previstos no artigo 4.º da norma regulamentar.</p> <p>O preenchimento pelo curso dos requisitos definidos legal e regulamentarmente é avaliado pela comissão técnica prevista no n.º 4 do artigo 13.º do regime jurídico da distribuição de seguros e de resseguros, que emite o respetivo parecer fundamentado em conformidade. Após a emissão desse parecer, compete ao Conselho de Administração da ASF decidir sobre o reconhecimento do curso.</p>	<p>A decisão da ASF é proferida no prazo máximo de 45 dias contados a partir da data da receção do requerimento, ou da receção dos elementos ou informações complementares solicitados no âmbito da sua apreciação pela ASF ou pela comissão técnica.</p>